

Ministérios disputam nos bastidores verba reservada para Iapas

Ricardo Miranda Filho

BRASÍLIA — A cinco meses do final do governo, três ministérios travam uma batalha de bastidores pelo controle dos cofres do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (Iapas), entidade do Ministério da Previdência que administrará no próximo ano uma verba de NCz\$ 57 bilhões (valores de maio passado) destinada à seguridade social.

No dia 21 de setembro, o presidente José Sarney recebeu anteprojeto de lei propondo a extinção do Iapas e a transferência da administração das contribuições previdenciárias para a Secretaria da Receita Federal. O ministro Jader Barbalho não assinou o anteprojeto e ele foi arquivado. "Estão querendo usar o dinheiro do pagamento de aposentados e pensionistas para obras dispensáveis", denunciou o presidente da Associação Nacional dos Fiscais de Contribuição Previdenciária, Cesar Eugênio Gasparin.

Concentração — Em exposição de motivos assinada pelo ministro interino da Fazenda, Paulo César Ximenes, e do Planejamento, João Batista de Abreu, acompanhada de anteprojeto de lei, foi proposta a extinção do Iapas e o escoamento de seus recursos para a Secretaria da Receita Federal, que teria competência de tributação, arrecadação e fiscalização.

O projeto não pôde ser enviado ao Congresso Nacional, pois o ministro Jader Barbalho não assinou a proposta. No início de janeiro, esta mesma proposta teve de ser retirada às pressas da Medida Provisória nº 32, que instituiu o Plano Verão, por falta de apoio de setores do governo. A inclusão da receita do Iapas em um caixa único, proposta pela área econômica do governo, esbarra na decisão de Jader Barbalho de conter o esvaziamento de sua pasta.

— Eles são teimosos e devem retornar à carga — alerta César Gasparin, que preside uma entidade com 10 mil associados. Dos NCz\$ 57 bilhões do orçamento destinado à seguridade social no próximo ano, NCz\$ 29 bilhões serão remetidos para o pagamento de aposentados e pensionistas através do INPS, NCz\$ 9,6 bilhões para assistência médica e hospitalar através do Inamps e NCz\$ 1,2 bilhão gastos na administração do sistema através do próprio Iapas. Os NCz\$ 17 bilhões restantes são usados no seguro-desemprego, medicina e segurança do trabalho, Legião Brasileira de Assistência (LBA), Secretaria Especial de Ação Comunitária (Seac) e mesmo em projetos específicos com a Fundação Nacional do Índio (Funai).

— O Tesouro Nacional é um repassador de verbas e a transferência dos recursos previdenciários para um caixa único será o sinal verde para o desvio de finalidades — afirma César Gasparin, que calcula em cerca de US\$ 30 bilhões o total de recursos que deixaram de ser repassados para a Previdência nos últimos 20 anos para pagamento de pessoal.

Descalçado — No orçamento do próximo ano, NCz\$ 10,6 bilhões serão gastos no pagamento de pessoal e outros encargos sociais. Ocorre que dos NCz\$ 2,94 bilhões gastos com pessoal até setembro deste ano com os 230 mil servidores (aposentados e ativos) da Previdência, apenas NCz\$ 22,7 milhões (0,77% do total) foram repassados pelo governo. Para não deixar de pagar pensões e aposentadorias, a Previdência acaba prejudicando projetos principalmente na área de assistência hospitalar.

Ainda assim, até agosto deste ano, os 143.301 fiscais de campo da Previdência já arrecadaram NCz\$ 995 milhões (sem os acréscimos legais) em fiscalizações em 143.301 empresas pelo não pagamento de débitos com o Iapas. Mais NCz\$ 39.997 foram arrecadados com fiscalizações relativas ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).